

# **IBH I Serviços e Participações S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração da  
IBH I Serviços e Participações S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da IBH I Serviços e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IBH I Serviços e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Transações relevantes com partes relacionadas*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações. Assim, as demonstrações financeiras da Companhia devem ser avaliadas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Tarcísio Luiz dos Santos  
Contador  
CRC nº 1 SP 207626/O-0

IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.835	1.122	Fornecedores	7	55	54
Adiantamento a Fornecedores		38	200	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	8	5.625	5.151
Impostos a recuperar	4	455	779	Impostos, taxas e contribuições	9	452	559
Partes relacionadas	10	3.202	2.673	Passivo de arrendamento	11	-	779
Outros Ativos		50	67	Partes relacionadas	10	105	82
Total do ativo circulante		<u>6.580</u>	<u>4.841</u>	Total do passivo circulante		<u>6.237</u>	<u>6.625</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos diferidos	5	231	280	Passivo de arrendamento	11	-	123
Imobilizado		109	-	Dividendos	13.b	15	-
Direito de uso	6	-	845	Total do passivo não circulante		<u>15</u>	<u>123</u>
		340	1.125				
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social integralizado	13.a	50	50
				Reserva Legal	13.c	10	-
				Reserva de Lucros	13.d	608	(832)
				Total do patrimônio líquido		<u>668</u>	<u>(782)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>6.920</u>	<u>5.966</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>6.920</u>	<u>5.966</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS DE 2024 E DE 2023  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto para o lucro por ação)

---

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	14	29.594	23.643
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	15	<u>(27.451)</u>	<u>(24.305)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		2.143	(662)
DESPESAS OPERACIONAIS	15	<u>(51)</u>	<u>(116)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>2.092</u>	<u>(778)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	16	387	195
Despesas financeiras	16	<u>(108)</u>	<u>(212)</u>
		279	(17)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		<u>2.371</u>	<u>(795)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	5	(858)	(22)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	(48)	232
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>1.465</u>	<u>(585)</u>
Lucro (Prejuízo) por ação - básico		29,30	(11,70)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS DE 2024 E DE 2023  
(Em milhares de reais - R\$ mil)

---

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.465	(585)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>1.465</u>	<u>(585)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS DE 2024 E DE 2023  
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Capital Social	Prejuízo acumulado	Reservas		Total
				Legal	Lucros	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	13.a	<u>50</u>	<u>(247)</u>	-	-	<u>(197)</u>
Prejuízo do exercício		-	(585)	-	-	(585)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>50</u>	<u>(832)</u>	-	-	<u>(782)</u>
Lucro líquido do exercício		-	1.465	-	-	1.465
Destinação do resultado do exercício		-	(618)	10	608	-
Dividendos obrigatório (R\$0,44 por ação)		-	(15)	-	-	(15)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>50</u>	<u>(0)</u>	<u>10</u>	<u>608</u>	<u>668</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS DE 2024 E DE 2023  
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro (prejuízo) do exercício		1.465	(585)
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	15	628	691
Juros incorridos sobre arrendamento	16	70	172
Impostos diferidos	5	48	(232)
		<u>2.211</u>	<u>46</u>
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Impostos a recuperar	4	324	(98)
Adiantamento a fornecedores		162	(198)
Outros ativos		17	31
Fornecedores	7	1	24
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	8	474	1.822
Impostos, taxas e contribuições	9	266	156
Contas a pagar com partes relacionadas	10	(506)	(1.046)
IRPJ e CSLL pagos no período	9	(373)	(8)
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	11	(70)	(172)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>295</u>	<u>511</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisições de imobilizado		(127)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(127)</u>	<u>-</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	11	(666)	(634)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) pelas atividades de financiamento		<u>(666)</u>	<u>(634)</u>
<b>REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>1.713</u>	<u>(77)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.122	1.199
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.835	1.122
<b>REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>1.713</u>	<u>(77)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## IBH I SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais - R\$ mil)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A IBH I Serviços e Participações S.A. (“Companhia”), constituída em 22 de fevereiro de 2021, localizada na Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 800 - 3º Andar - Salas 301 a 325 - Ribeirão Preto - SP, iniciou as suas operações em 1º de julho de 2021 tendo por objeto social:

- a) Prestação de serviços de operação administração, direta ou indiretamente, no país ou no exterior, de rodovias, vias urbanas, estradas.
- b) Prestação de serviços de consultoria, orientação, organização, controle orçamentário, informação gestão entre outros no setor de rodovias.
- c) Prestação de serviços administrativos de rotina empresas, sob contrato, tais como planejamento financeiro, contabilidade outros.
- d) Participação em outras sociedades, como cotista ou acionista, no país ou no exterior.

A Companhia tem como controladoras direta a Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A., Infraestrutura Brasil Holding VI S.A. e Infra BR V Rodovias Holding III S.A., que por sua vez tem como controladores indiretos o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Pátria III - Fundo de Investimento em Participações, NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Pátria Infraestrutura V Master Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e Oregon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

#### 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

##### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

##### 2.2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios.

A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

#### 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

#### 2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias.

##### 2.4.1. Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do período, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal.

#### 2.4.2. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

#### 2.5. Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

##### Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.6. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Receita de contratos com clientes

*Receita de Serviços*

As receitas são reconhecidas no resultado na data em que os serviços são prestados aos clientes, mediante o aceite dos clientes confirmando que a obrigação de performance foi satisfeita.

2.7. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.9. Provisões

Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

## 2.10. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

## 2.11. Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

## 2.12. Reconhecimento de receita

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, na data em que os serviços são prestados aos clientes, mediante o aceite confirmando que a obrigação de performance foi satisfeita.

## 2.13. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras.

## 2.14. Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente.

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
<u>IAS 21/CPC 02</u> Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações estabelecem critérios para avaliar a conversibilidade de uma moeda e determinar a taxa de câmbio quando esta não for conversível. Considera-se conversível a moeda obtida dentro de um prazo razoável por meio de mercado ou câmbio com direitos exequíveis; caso contrário, é tratada como não conversível. Nesses casos, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista com base em valores de mercado, sem um método específico obrigatório. Além disso, exige-se a divulgação do impacto da não conversibilidade na posição financeira e nos fluxos de caixa. A IAS 21 recebeu um novo apêndice e exemplos ilustrativos, e a IFRS 1 foi ajustada para alinhamento com a norma revisada.	01/01/2025

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Orientação Técnica OCPC 10 - Crédito de Carbono (tCO <sub>2</sub> e), Permissões de Emissão ("Allowance") e Crédito de Descarbonização (CBIO)	<p>A Orientação Técnica OCPC 10 estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de créditos de carbono (tCO<sub>2</sub>e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) no mercado brasileiro. Seu objetivo é padronizar o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dessas transações, garantindo maior transparência e comparabilidade das informações financeiras.</p> <p>O OCPC 10 abrange tanto a originação e aquisição desses instrumentos para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) quanto a sua utilização para negociação no mercado. Além disso, define requisitos para a contabilização de passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou de compromissos não formalizados, conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.</p>	01/01/2025
IFRS 18 /CPC 3 (R2). - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	<p>As O IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras foi emitido pelo IASB em abril de 2024, substituindo o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 R1 no Brasil). Ele introduz novos requisitos para a demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas.</p> <p>Além disso, o IFRS 18 demanda a divulgação de medidas de desempenho baseadas nas funções identificadas das demonstrações financeiras principais e exige maior detalhamento nas notas explicativas. As mudanças incluem alterações no IAS 7 (CPC 03 R2), como a remoção da possibilidade de classificar certos fluxos de caixa como operacionais e a nova metodologia de alocação de fluxos relacionados a lucros ou prejuízos.</p>	01/01/2027
IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>Por meio da revisão pós-implementação do IFRS 9, o IASB identificou a necessidade de esclarecer requisitos relacionados à avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, especialmente os critérios de "pagamentos exclusivamente de principal e juros" (SPPI). O objetivo principal é garantir uma aplicação mais consistente, especialmente para ativos financeiros vinculados a metas ESG (ambientais, sociais e de governança).</p> <p>Em maio de 2024, o IASB emitiu novos requisitos no IFRS 9 e IFRS 7, voltados para uniformizar as práticas contábeis de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essas alterações visam reduzir assimetrias na aplicação das normas e aumentar a transparência para investidores e demais usuários das demonstrações financeiras.</p> <p>As mudanças incluem diretrizes mais claras para a mensuração e classificação desses ativos, alinhando as práticas contábeis às necessidades de relatórios financeiros modernos e ao mercado crescente de ativos sustentáveis.</p>	01/01/2026

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	1	1
Aplicações Financeiras (i)	<u>2.834</u>	<u>1.121</u>
Total (ii)	<u>2.835</u>	<u>1.122</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

- (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média 97%, em 31 de dezembro de 2024 e à taxa média 100% em 31 de dezembro de 2023.
- (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

## 4. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	390	700
Imposto de renda retido na fonte	7	2
Contribuições sociais retidas na fonte	<u>58</u>	<u>77</u>
Total	<u>455</u>	<u>779</u>

## 5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda diferido	170	205
Contribuição social diferida	<u>61</u>	<u>75</u>
Total	<u>231</u>	<u>280</u>
2024	-	-
2025	48	190
Após 2026	<u>183</u>	<u>90</u>
Total	<u>231</u>	<u>280</u>

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas ativas tem as seguintes origens:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão PLR	1.809	1.850
Resultado base negativa	1.675	1.286
Provisão de receita	<u>(2.804)</u>	<u>(2.313)</u>
Base de cálculo total	680	823
Taxa combinada de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>231</u>	<u>280</u>

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício:

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.371	(795)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social nominal	<u>(806)</u>	<u>270</u>
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Outras diferenças permanentes	<u>(100)</u>	<u>(60)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(906)</u>	<u>210</u>
Impostos de renda e contribuição social corrente	(858)	(22)
Impostos de renda e contribuição social diferido	<u>(48)</u>	<u>232</u>
	<u>(906)</u>	<u>210</u>
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	38%	26%

## 6. DIREITO DE USO

	<u>Saldo em 31/12/2023</u>	<u>Adições e atualizações contratuais</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>
Instalações e edificações	845		<u>(236)</u>	<u>(609)</u>	-
Total	<u>845</u>	<u>-</u>	<u>(236)</u>	<u>(609)</u>	<u>-</u>

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Este contrato possui prazo de 25 meses. A Companhia avalia no início do arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média real de 15,65% a.a., pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

#### 7. FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores - Serviços	55	54
Total	<u>55</u>	<u>54</u>

#### 8. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários e honorários	308	264
Encargos sociais e previdenciários	524	478
Provisão de férias	2.218	1.874
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	2.575	2.535
Total	<u>5.625</u>	<u>5.151</u>

#### 9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	341	439
Imposto Sobre Serviços - ISS	91	118
Impostos Federais Terceiros	19	1
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	1	1
Total	<u>452</u>	<u>559</u>

## 10. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes Relacionadas	Transação (*)	31/12/2024	
		Ativo	Passivo
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de Despesas/ Prestação de Serviços	818	5
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de Despesas / Prestação de Serviços	19	25
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Reembolso de Despesas/ Prestação de Serviços	554	57
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.	Contrato de Mútuo	1.000	-
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de Despesas/ Prestação de Serviços	811	18
		<u>3.202</u>	<u>105</u>
Partes Relacionadas	Transação (*)	31/12/2023	
		Ativo	Passivo
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de Despesas/ Prestação de Serviços	1.890	-
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de Despesas / Prestação de Serviços	9	25
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Reembolso de Despesas/ Prestação de Serviços	770	57
Infraestrutura Brasil Holding XXI S.A.	Reembolso de Despesas/ Prestação de Serviços	4	-
		<u>2.673</u>	<u>82</u>
Partes Relacionadas (*)		Resultado	
		31/12/2024	31/12/2023
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.		(34)	(194)
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.		(20)	(122)
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.		(12)	(108)
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.		(44)	(4)
		<u>(110)</u>	<u>(428)</u>

(\*) Reembolso de despesas refere-se à pagamentos, pela IBH S, de pequenas despesas e cobrados via nota de débito das partes relacionadas.

## 11. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

## a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 15,65% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

## b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	902	-
Adições e atualizações contratuais	-	1.536
Baixas	(236)	-
Juros provisionados	70	172
Pagamento de juros	(70)	(172)
Pagamento de principal	(666)	(634)
Total	<u>-</u>	<u>902</u>
Circulante	-	779
Não circulante	-	123

## 12. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía riscos de natureza cível, trabalhista ou tributária.

## 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito é de R\$50, estando totalmente integralizadas, representando 50.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	26.000	52,0
Infraestrutura Investimentos e Participações VI S.A.	12.000	24,0
Infraestrutura BR V Rodovias Holding III S.A.	12.000	24,0

## b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.465	(585)
(-) Constituição de reserva legal	<u>(10)</u>	<u>-</u>
(=) Lucro (prejuízo) líquido ajustado	<u>1.455</u>	<u>(585)</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-

## c) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 31 de dezembro de 2024 foi constituída reserva legal de R\$10 e em 31 de dezembro de 2023 não houve constituição da reserva legal em função do prejuízo acumulado.

## d) Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos previstos no ano de 2025 e financiar o capital de giro da Companhia. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 31 de dezembro de 2024, o prejuízo acumulado foi compensado integralmente e foi destinado o montante líquido de R\$608 à reserva de retenção de lucros. Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$585, prejuízo líquido do exercício, foi destinado ao prejuízo acumulado.

## 14. RECEITAS

Estão representadas por:

Partes Relacionadas (*)	31/12/2024	31/12/2023	
Receita com serviços	31.470	24.212	
Serviços a faturar	2.065	2.621	
	<u>33.535</u>	<u>26.833</u>	
<u>Receita Bruta</u>			
Deduções da receita	(3.941)	(3.190)	
Receita líquida	<u>29.594</u>	<u>23.643</u>	
	<u>31/12/2024</u>		
Base de cálculo de impostos	Receita com Serviços	Serviços a Faturar	Total
	<u>31.470</u>	<u>2.065</u>	<u>33.535</u>
<u>Deduções</u>			
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (7,6%)	(2.392)	(157)	(2.549)
Programa de Integração Social - PIS (1,65%)	(519)	(34)	(553)
Imposto Sobre Serviços - ISS (2,50%)	(787)	(52)	(839)
	<u>(3.698)</u>	<u>(243)</u>	<u>(3.941)</u>
	<u>31/12/2023</u>		
Base de cálculo de impostos	Receita com Serviços	Serviços a Faturar	Total
	<u>24.212</u>	<u>2.621</u>	<u>28.833</u>
<u>Deduções</u>			
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (7,6%)	(1.840)	(199)	(2.039)
Programa de Integração Social - PIS (1,65%)	(399)	(43)	(442)
Imposto Sobre Serviços - ISS (2,50% a 3,00%)	(643)	(66)	(709)
	<u>(2.882)</u>	<u>(308)</u>	<u>(3.190)</u>

## 15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custos operacionais:		
Pessoal	(25.637)	(22.694)
Conservação de manutenção	(168)	(163)
Serviços de terceiros	(512)	(426)
Depreciações e Amortizações	(628)	(691)
Locação de imóveis e máquinas	(172)	-
Outros custos operacionais	(334)	(331)
Total	<u>(27.451)</u>	<u>(24.305)</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas operacionais:		
Pessoal	(1)	-
Conservação e manutenção	(4)	(2)
Serviços de terceiros	(22)	(102)
Locações de imóveis e máquinas	(12)	(2)
Outras despesas operacionais	(12)	(10)
Total	<u>(51)</u>	<u>(116)</u>

## 16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	305	133
Outros	82	62
Total	<u>387</u>	<u>195</u>
Despesas financeiras:		
Juros de arrendamento	(70)	(172)
Despesas bancárias	(3)	(2)
Outras despesas financeiras	(35)	(38)
Total	<u>(108)</u>	<u>(212)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>279</u>	<u>(17)</u>

## 17. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de dezembro de 2024.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro (Prejuízo) básico por ação:		
Lucro (Prejuízo) líquido do período	1.465	(585)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	<u>50</u>	<u>50</u>
Lucro (Prejuízo) básico por ação	<u>29,30</u>	<u>(11,70)</u>

## 18. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

### Risco de mercado

#### a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

#### b) Exposição a riscos de taxas de juros

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### *Considerações gerais*

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024, conforme quadro a seguir:

		<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Ativos:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	2.835	1.122
Contas a receber - Partes relacionadas	Custo amortizado	3.202	2.673
<b>Passivos:</b>			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	55	54
Contas a pagar - Partes relacionadas	Custo amortizado	105	82

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 10, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de “rating”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

e) Análise de sensibilidade

*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 31 de dezembro de 2024.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Saldo 31/12/2024	Cenário I - provável	Valorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III 50%
Equivalentes de caixa	CDI	2.835	344	431	517

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Valorização	
		Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	12,15%	15,19%	18,23%

- (a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2024. Fonte de informação - “site” da B3: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/](https://www.b3.com.br/pt_br/), acessado em 24 de janeiro 2025.

## 19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 27 de fevereiro de 2025, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

---